

**Discussion  
Paper**

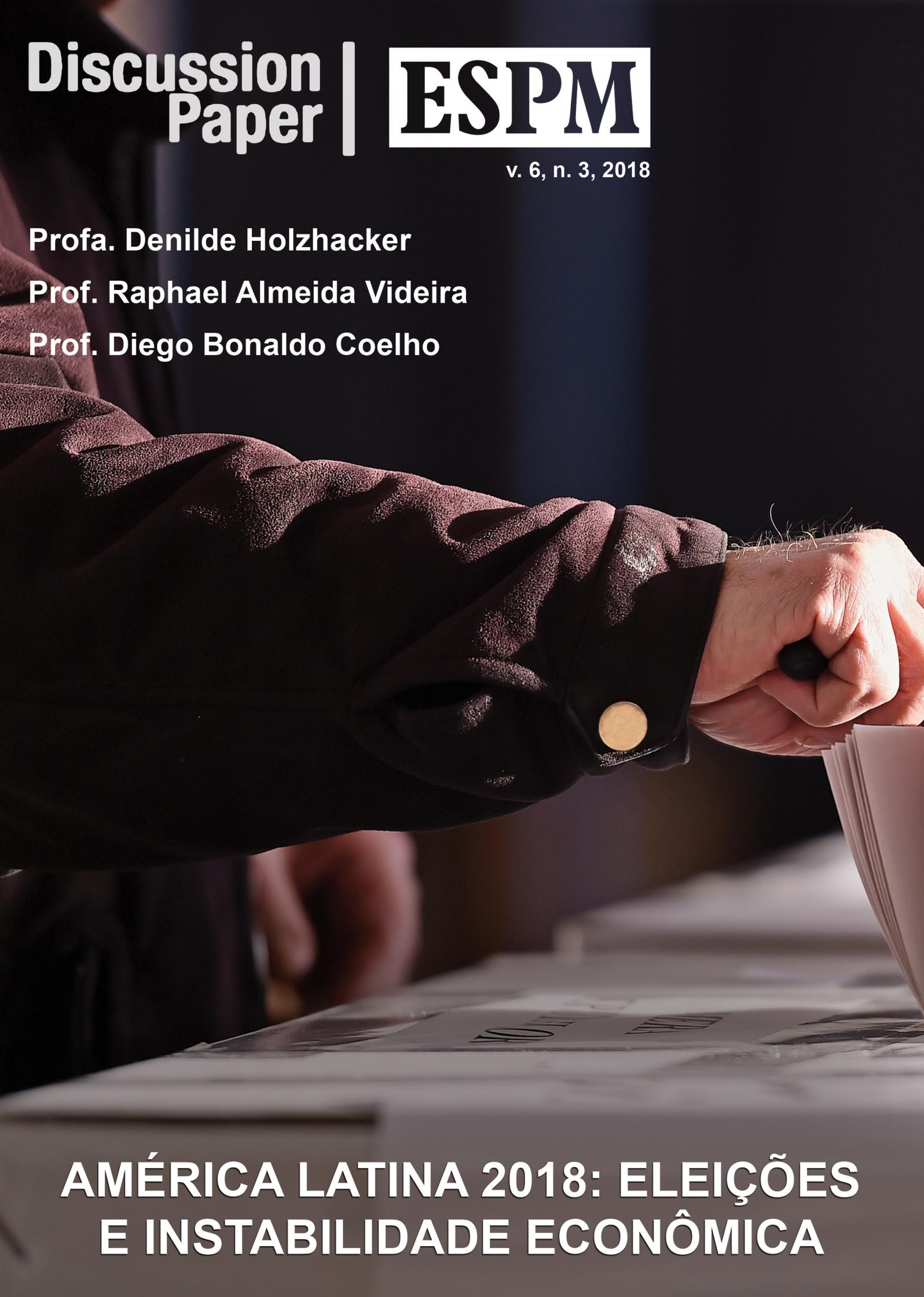
**ESPM**

v. 6, n. 3, 2018

**Profa. Denilde Holzacker**

**Prof. Raphael Almeida Videira**

**Prof. Diego Bonaldo Coelho**



**AMÉRICA LATINA 2018: ELEIÇÕES  
E INSTABILIDADE ECONÔMICA**

Discussion  
Paper |

**ESPM**

ISSN: 2448-0932

## Corpo Editorial

Dalton Pastore  
*Presidente*

Alexandre Gracioso  
*Vice-presidente acadêmico e de graduação*

Elisabeth Dau Corrêa  
*Vice-presidente administrativo-financeira*

Flávia Flamínio  
*Diretora nacional de operações acadêmicas*

Luiz Fernando Dabul Garcia  
*Diretor nacional de educação continuada*

---

## Conselho Editorial

Carlos Frederico Lucio

Cristina Helena Pinto de Mello

Denise Fabretti

Fabio Mariano Borges

Ismael Rocha

João Osvaldo Schiavon Matta

Luiz Fernando Dabul Garcia

Pedro Luiz Ribeiro de Santi

Leonardo Nelmi Trevisan  
*(Edição de texto)*

Matheus Matsuda Marangoni  
*(Edição de arte)*

Fernando Matijewitsch  
*(Gerência de edição)*

Publicação trimestral, em formato eletrônico, o Discussion Paper ESPM reúne artigos, notícias de pesquisas, resenhas, traduções ou entrevistas oriundas de debate temático.

O objetivo é incentivar a discussão de assuntos, atinentes ou complementares, ao conteúdo curricular de disciplinas da área de Ciências Sociais Aplicadas.

O perfil deste periódico oferece espaço de publicação da produção docente, incluindo procedimentos de pesquisa, em diferentes formatos.

O Discussion Paper ESPM busca também ampliar repertório e capacidade de análise do corpo discente, pois, a iniciativa procura, especialmente, a participação do aluno nos debates geradores de cada número.

### **NORMAS DE PUBLICAÇÃO**

A submissão de trabalhos deverá ser feita através do endereço eletrônico do periódico. O Processo de Avaliação pelos Pares consiste nas seguintes etapas: o artigo original será analisado por dois integrantes do Conselho Editorial para verificar se cumpre com os requisitos temáticos e metodológicos e definir a área epistemológica de avaliação a ser direcionada. Em seguida, o artigo será enviado a pares de avaliadores externos, preservando o anonimato dos autores, que não compareceram ao debate gerador do respectivo Discussion Paper. Os avaliadores externos procederão de acordo com os critérios: 1. Publicar sem alterações; 2. Publicar com pequenas alterações, efetuadas pelos avaliadores; 3. Retornar ao autor com orientações de correções a serem efetuadas, podendo ser publicado posteriormente; 4. Retornar ao autor com a reprovação do artigo, sem publicação posterior. Mais informações em: <http://discussionpaper.espm.br/>.

Apresentação do debate ..... 5

As instabilidades políticas e incertezas na América Latina em 2018 ..... 6

**Denilde Holzacker**

Agenda econômica e eleições na América Latina..... 15

**Raphael Almeida Videira**

A internacionalização de empresas brasileiras na América Latina ..... 19

**Diego Bonaldo Coelho**



## APRESENTAÇÃO DO DEBATE

O cenário de instabilidade voltou a marcar as expectativas na América Latina. O recuo no cíclico movimento de preços das commodities provocou, mais uma vez, o retorno de significativas incertezas no futuro das maiores economias da região. Depois de cinco anos oscilando entre desacelerações e recessões, o PIB da América Latina em 2017 avançou 1,3%. Nas previsões de 2018, enquanto mundo deve crescer 3,9%, na visão média de instituições como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, o continente latino-americano terá expansão de 1,9%.

O drama dos números é que eles têm consequências. O longo declínio dos PIBs, em especial das maiores economias da região, gerou impactos sociais de densidade preocupante. Basta um dado ostensivo: as estatísticas oficiais registram 70 assassinatos ao dia no México, enquanto no Brasil este número ultrapassa 150. AS terríveis ações das gangues de rua de El Salvador e Honduras já são citações correntes dos discursos de autoridades norte-americanas.

Porém, é nas expectativas das decisões políticas que o eterno retorno das incertezas gera o seu maior impacto. Em especial, porque 2018 é ano de forte concentração de eleições na região. Por esta razão, com o apoio do professor Rodrigo Cintra, Coordenador de Graduação em Relações Internacionais e da Pós em Negócios Internacionais, a análise dos cenários de turbulência na América Latina compõe o foco de interesse do Discussion Paper de número 26.

O tema deste Discussion Paper, “**América Latina 2018: eleições e instabilidade econômica**” será tratado por três especialistas, todos professores do curso de Relações Internacionais da ESPM. A professora **Denilde Holzacker**, Coordenadora do RAI – Risk Analysis and International Affairs, discute tanto o cenário político regional como os complexos arranjos institucionais em ambiente de desafio para a democracia no continente. Já a agenda econômica e suas influências eleitorais na América Latina ficou por conta da observação do artigo do professor **Raphael Almeida Videira**. A internacionalização de empresa na América Latina, em todo o percurso da “ilusão aos desafios da realidade” foi o tema do paper do professor **Diego Bonaldo Coelho**, Coordenador do Observatório de Multinacionais da ESPM.

Boa leitura!



**AS INSTABILIDADES POLÍTICAS E  
INCERTEZAS NA AMÉRICA LATINA EM 2018**

*Denilde Holzacker*

Discussion  
Paper |

**ESPM**

**A** intensa agenda eleitoral na América Latina em 2018 poderia, em um primeiro momento, indicar que a alternância de poder e a realização de eleições periódicas são apenas os reflexos da consolidação da democracia na região. No entanto, o cenário político regional tem se revelado um ambiente de alta complexidade dos arranjos institucionais que buscam manter o status quo, mas que precisam lidar com o aumento das desconfianças da sociedade quanto aos modelos políticos tradicionais.

O objetivo deste artigo é discutir desafios para a democracia na região, demonstrando de que forma as insatisfações populares impactam nas opções eleitorais nos principais países da região, especialmente de Brasil, Colômbia e México.

### **As fragilidades da democracia representativa na América Latina**

A sociedade latino-americana sentiu, nos últimos anos, a perda dos ganhos de renda obtidos com boom dos preços das commodities. Os sinais de recuperação econômica ainda são lentos e as previsões do FMI apontam 2% de crescimento na região em 2018, enquanto o restante do mundo terá crescimento de 3,9%. Além disso, o aumento da violência nos países e a corrupção endêmica expõe a desconfiança nas instituições e políticos.

Este quadro leva ao aumento do descrédito quanto ao sistema representativo e aos partidos políticos. A pesquisa do Latinobarômetro (2017) indicou uma menor taxa de adesão à democracia entre a população latino-americana, com 53% dos entrevistados respondendo que apoiam o regime democrático. Entre aqueles que consideravam a democracia a melhor forma de governo frente a outros regimes também temos um declínio entre 2016 e 2017: em 2016, 75% dos respondentes afirmavam que a democracia é melhor forma de governo, enquanto, em 2017, 69% responderam o mesmo nos 10 países pesquisados.

Os dados do Latinobarômetro mostram que somente no Uruguai (57%), na Nicarágua (52%) e no Equador (51%) a maioria afirmou estar satisfeita com a democracia. Já os países com maiores insatisfações foram México (18%), Colômbia (17%), Peru (16%), El Salvador (15%) e Brasil (13%). De maneira geral, os latinos americanos confiam pouco nas instituições políticas, somente 15% confiam nos partidos políticos, 22% confiam no Congresso e 25% no Governo. As instituições com maiores graus de confiança entre os latino-americanos são a igreja (65%) e as forças armadas (46%)<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Informe Latino Barômetro 2017. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latNewsShow.jsp>

O descrédito quanto ao sistema político tende a ampliar as incertezas nos cenários eleitorais. Como veremos a seguir, em três importantes países, Colômbia, México e Brasil, as eleições de 2018 têm sido marcadas por grande desconfiança dos eleitores com relação ao status quo e o surgimento de opções eleitorais anti-establishment.

### **Colômbia e México: insatisfação com o status quo e a renovação política**

No caso colombiano, a primeira eleição após a assinatura do acordo de paz entre o Governo e a FARC foi marcada pela alta insatisfação com o governo do presidente Juan Manuel Santos, as acusações de corrupção em relação a membros do Governo e a busca dos eleitores por uma alternativa eleitoral dissociada dos políticos tradicionais. A pesquisa realizada pela Gallup em maio de 2018 apontou que 72% dos entrevistados desaprovam a gestão do presidente Santos. Além de se distanciar do presidente Santos, os debates entre os candidatos envolveram posições sobre o acordo de paz, a inserção dos ex-combatentes na vida do país, as políticas de combate à corrupção e a manutenção das políticas econômicas. Para os colombianos, os principais problemas do país são a corrupção (28%), a segurança pública (23%) e o poder aquisitivo e economia (16%). Além disso, 63% não acreditam que o Acordo irá trazer paz e tranquilidade para a Colômbia e 41% desaprovam as conversações com a ELN (Exército de Libertação Nacional)<sup>2</sup>.

O resultado do primeiro turno demonstrou a força política do ex-presidente Alvaro Uribe com a vitória do seu candidato Iván Duque, que obteve 39% dos votos. Em segundo lugar o ex-prefeito de Bogotá Gustavo Petro obteve 25% dos votos. Gustavo Petro, com um perfil mais à esquerda e anti-establishment, representa a ruptura com os partidos tradicionais. No entanto, a sua origem de ex-guerrilheiro encontra forte resistências em setores da sociedade. Por outro lado, Duque também busca se posicionar com um candidato novo, que preserva as agendas dos apoiadores do ex-presidente Uribe, com a oposição ao acordo de paz e a política de segurança pública.

Um tema que divide os dois candidatos é a Venezuela. O aprofundamento da crise econômica e política na Venezuela já levou mais de 600 mil venezuelanos imigrarem para o país vizinho. Além disso, os atritos entre os presidentes Santos e Maduro se ampliaram após a Colômbia (e os demais países da região) não reconhecerem as eleições venezuelanas, consideradas ilegítimas e sem as garantias dos princípios democráticos. O candidato Duque apoia uma posição mais dura e firme frente ao Governo Maduro, já Petro acredita que é possível conseguir estabelecer um diálogo com a Venezuela para alcançar uma solução que permita a reconstrução do país.

<sup>2</sup> Gallup Poll Colombia Abril 2018. Disponível em: <http://www.elpais.com.co/especiales/encuesta-gallup-124.pdf>

Apesar de não se esperar grandes alterações na agenda econômica colombiana, as posições de Duque e Petro são divergentes no que se refere ao desenvolvimento do país. Duque apoia a atual política macroeconômica e afirma que buscará ampliar a liberalização e inserção do país no mercado global. Já Petro considera que o país deve ampliar as políticas de combate à desigualdade, sendo que, entre investidores internacionais, teme-se que a Colômbia possa aplicar políticas de cunho populista fiscal, como visto em outros países na América Latina.

O ambiente de incerteza não é muito diferente no México. No caso do México, percebe-se um alto desgaste do governo e do partido PRI. Segundo pesquisa da Pew Research<sup>3</sup>, 28% dos mexicanos aprovam o governo do presidente Enrique Peña Nieto, sendo que a desaprovação aumenta quando se avalia o desempenho presidencial na economia (80% desaprovam); na luta contra a corrupção (77%); na luta contra o narcotráfico (74%) e relações com os Estados Unidos (72%). Em fevereiro de 2018, as pesquisas apontavam a menor taxa de aprovação de um presidente mexicano, com 21% de aprovação.

Neste quadro eleitoral, o candidato Andrés Manuel López Obrador (AMLO), ex-prefeito da Cidade do México e nacionalista de esquerda, passou a liderar as pesquisas de opinião. Obrador perdeu as eleições em 2006 e 2012, mas, no atual quadro, a chance de ganhar um discurso nacionalista assusta os investidores estrangeiros, que já projetam a desvalorização do peso e maior restrição ao capital estrangeiro no país. No entanto, Obrador busca se aproximar dos empresários e grupos da sociedade civil, em um movimento semelhante ao do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva durante a campanha de 2002. Em um gesto de conciliação, Obrador assinou o acordo denominado Unidade para a Prosperidade do Povo e o Renascimento do México, que conta com a participação de 32 entidades partidárias, empresariais e da sociedade civil. Porém, as desconfianças quanto as políticas nacionalistas de Obrador ainda geram temores e instabilidades, especialmente para aqueles que temem a guinada na política econômica do país.

Tanto no caso colombiano, como no mexicano percebe-se uma combinação de baixa aprovação do Governo atual com uma expectativa de mudança dos eleitores. Nos dois casos, os partidos políticos tradicionais perdem força e a agenda social ganha maior dimensão para o eleitor. Os candidatos que se mostram anti-establishment e com propostas voltadas para o desenvolvimento social tornam-se opções mais atrativas para os eleitores. Entretanto, não parece haver um consenso sobre a melhor opção para o país. O que gera especulações e incertezas sobre os impactos eleitorais nos dois países.

<sup>3</sup> VICE, Margareth: CHWE, Hanyu. Mexican Views of the U.S. Turn Sharply Negative. 17 September, 2017. Pew Research Global. Disponível em: <http://www.pewglobal.org/2017/09/14/poor-ratings-for-pena-nieto-political-parties/>

## **Brasil: imprevisibilidade eleitoral**

A eleição brasileira finaliza o ciclo eleitoral na região em 2018, mas não indica um cenário de menor incerteza comparado Colômbia ou México. Desde impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, o país encontra-se mergulhado em uma crise econômica e política, o que gera altas expectativas de que o processo eleitoral possa trazer maior estabilidade política ao país. No entanto, as investigações de casos de corrupção que atingiram os principais partidos, inclusive com a prisão do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, a baixa taxa de aprovação do Governo de Michel Temer e a desaceleração econômica tornam este pleito um dos mais imprevisível desde 1989.

O agravamento da crise política e econômica tem colocado dúvidas sobre a viabilidade eleitoral dos partidos tradicionais (tanto de esquerda, como de direita) que não conseguem atrair o interesse dos eleitores. O cenário brasileiro deverá se consolidar a partir de agosto, quando os candidatos serão apresentados aos eleitores. O apoio a uma aventura anti-democrática cresce em alguns segmentos ligados à extrema direita, mas não tem encontrado apoio na massa em geral e interlocutores dos militares tem descartado a hipótese de uma intervenção.

Do ponto de vista econômico, os maiores riscos eleitorais estão na vitória de um candidato de forte cunho nacionalista, com uma proposta populista fiscal e intervencionista na economia. É provável que tenhamos, de um lado, um candidato anti-status quo, com viés mais populista e nacionalista e, de outro lado, um candidato que represente os interesses tradicionais, mas com um discurso de mudança política e garantia de maior crescimento econômico. O discurso pró-austeridade fiscal parece que não terá força entre os eleitores, que buscam manter os ganhos sociais da era Lula, mas com a volta do crescimento econômico.

## **O que podemos esperar pós-2018: novos espaços democráticos ou mais instabilidade política?**

De maneira geral, os resultados eleitorais, até o momento, não permitem afirmar que teremos uma guinada à esquerda ou à direita na América Latina. Podemos sim afirmar que o descontentamento despertou nos eleitores a busca pela renovação política, com maior questionamento em relação aos modelos políticos tradicionais.

O menor apoio à democracia representativa não significa necessariamente que teremos a volta de modelos não-democráticos na região. Os novos movimentos de renovação política que surgem no Brasil, Colômbia, Costa Rica, México, etc indicam que os eleitores,

especialmente os jovens, estão dispostos a experimentar outras formas de participação política e envolvimento na solução dos problemas. No entanto, os caminhos que serão seguidos na construção de novos espaços democráticos não estão claros e definidos, o que abriria espaço para a emergência de lideranças sem a legitimidade dos canais institucionais e representativos.

Por isso, o desafio para a política na América Latina é fazer com que estes movimentos encontrem espaço na arena institucional e realmente tragam novos ares na consolidação da democracia na região. Em um cenário mundial crescente de atitudes autoritárias e anti-democráticas, a intensa agenda eleitoral de 2018 indica que a opção democrática ainda é a opção para a grande parte dos países da região, apesar das inconsistências, desafios e incertezas.

#### Quadro 1 - Calendário das Eleições nos países da América Latina - 2018

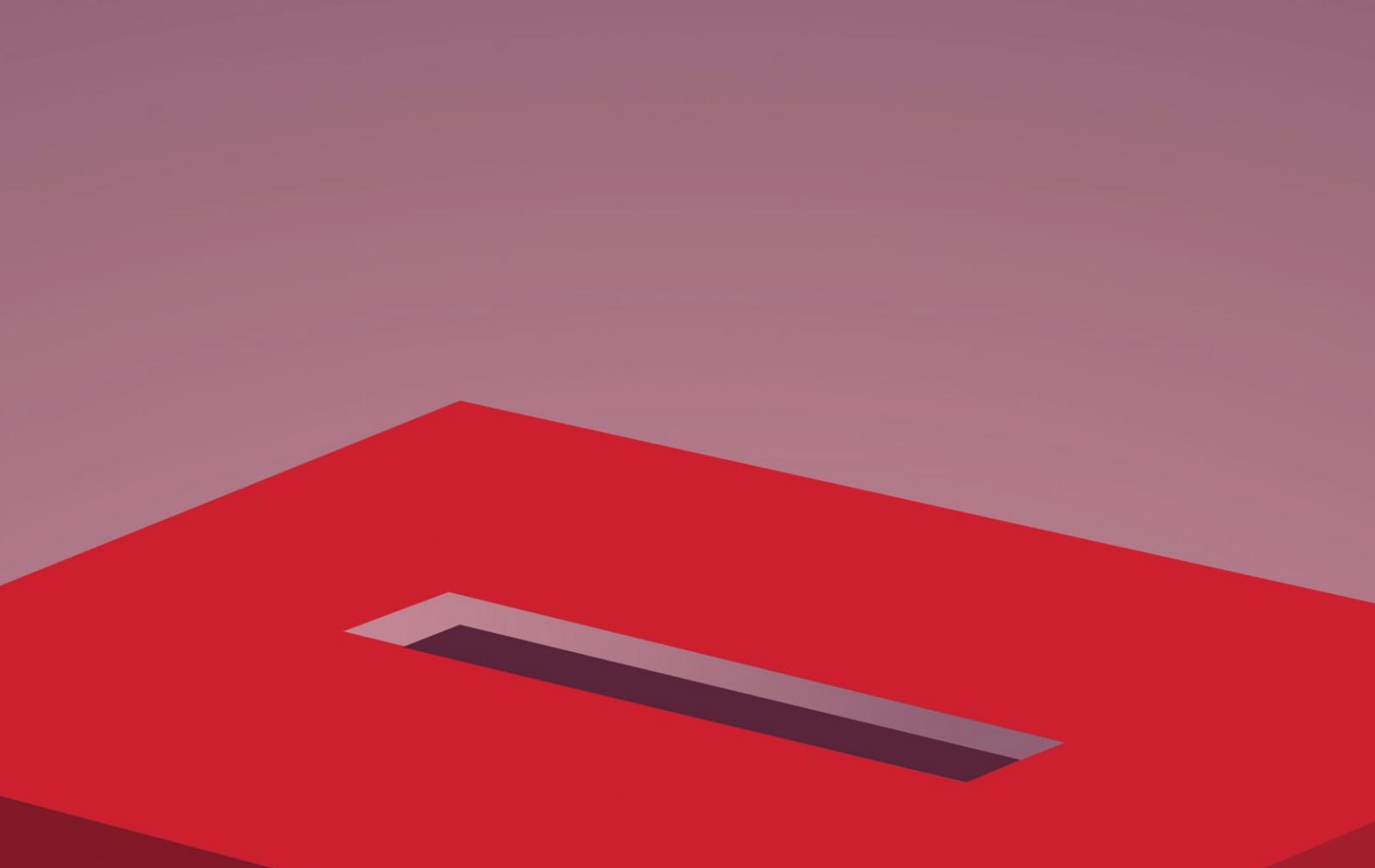
04 de fevereiro	Costa Rica	Eleições gerais (Legislativo e 1º. Turno presidencial)	<p>As acusações de corrupção contra o Presidente Guillermo Solís atingiram sua popularidade e o desempenho dos candidatos ligados ao governo. O resultado do 1º. Turno garantiu 24% dos votos ao candidato cristão conservador Fabricio Alvarado Muñoz, do Partido Restauração Nacional, e 21% dos votos ao candidato progressista Carlos Alvarado Quesada, do partido Ação Cidadã.</p> <p>Das 57 cadeiras na Assembleia Legislativa, o Partido de Libertação Nacional ganhou 17; o partido da Restauração Nacional ficou com 14 cadeiras; o Partido Ação Cidadã com 10 cadeiras; o Partido Social Cristão com 9; o partido de Integração Nacional com 4; o partido republicano Cristão com 4 e o partido de esquerda a Fronteira Externa com 1 cadeira.</p>
04 de março	El Salvador	Eleições Legislativas	84 membros da Assembleia Legislativa foram eleitos. A Aliança Nacional Republicana obteve 35 cadeiras; o movimento de Libertação Nacional alcançou 18 cadeiras e Grande Aliança para a Liderança Nacional ficou com 10 cadeiras.

11 de março	Cuba	Eleições legislativas	Os 605 membros da Assembleia Nacional foram escolhidos por 84% dos eleitores cubanos registrados.
01 de abril	Colômbia	Eleições legislativas	<p>Das 166 cadeiras da Câmara dos Deputados, 5 foram automaticamente para os candidatos da FARC. Entre os partidos, o Partido Liberal obteve 35 cadeiras; seguido pelo partido Centro Democrático com 32 cadeiras. O partido Mudança Radical ficou com 30 cadeiras. Já o partido Partido da Unidade Nacional com 25 membros eleitos e o Partido conservador com 21 cadeiras.</p> <p>Já no Senado, das 102 cadeiras 5 foram automaticamente alocadas para os candidatos da FARC. As demais foram: 14 para o Centro Democrático, sob a liderança do ex-presidente Alvaro Uribe; Mudança Radical com 16 cadeiras; Partido Conservador com 15 cadeiras; Partido Liberal com 14; Partido da Unidade Nacional com 14 cadeiras e a Aliança Verde com 10 cadeiras.</p>
01 de abril	Costa Rica	2º turno da Eleição presidencial	<p>O 2º. Turno da eleição presidencial entre um candidato orientação conservadora e o outro de progressista indicou as diferenças entre os eleitores mais jovens, pró-Quesada, e aqueles mais velhos, pró Muñoz.</p> <p>A campanha de Muñoz foi afetada por escândalos sobre plágio e acusações contra sua posição contra os católicos, Muñoz é evangélico. Já Quesada, que foi ministro no Governo Solís, buscou se distanciar das posições do Governo. Quesada ganhou a eleição com 60,6% dos votos contra 39,4% de Muñoz.</p>

22 de abril	Paraguai	Eleições legislativas e presidencial	<p>Mario Abdo Benítez, do Partido Colorado foi eleito presidente com 49% dos votos contra Efrín Alegre, da Grande Aliança Nacional Renovada, que obteve 45% dos votos.</p> <p>Das 45 cadeiras no Senado, o Partido Colorado ficou com 17 e o Partido Liberal com 13.</p> <p>Na Câmara dos Deputados, das 80 cadeiras 42 dos deputados são do Partido Colorado; 17 do Partido Liberal e 13 do Partido da Grande Aliança Nacional Renovada.</p>
20 de maio	Venezuela	Eleição Presidencial	<p>A eleição foi contestada tanto nacionalmente, como internacionalmente. O presidente Nicolas Maduro foi declarado vencedor pela Conselho Eleitoral, tendo obtido 67,8% dos votos. O candidato da oposição Henri Falcon obteve 20,9% dos votos e Javier Bertucci ficou com 10,8%.</p> <p>A oposição e governos internacionais não reconheceram os resultados das eleições, consideradas ilegítimas.</p>
27 de maio	Colômbia	1º. Turno presidencial	<p>O candidato Ivan Dutra, da Grande Aliança para a Colômbia, obteve 39% dos votos e o segundo lugar ficou com o candidato de esquerda Gustavo Petro, com 25% dos votos. O candidato de centro-esquerda Sergio Fajardo obteve 23% dos votos.</p> <p>Entre os eleitores registrados, 53% participaram do pleito.</p>
17 de junho	Colômbia	2º. Turno presidencial	<p>As pesquisas iniciais mostram a vantagem de Dutra, aliado do ex-presidente Alvaro Uribe, frente ao candidato de esquerda Petro.</p>
01 de julho	México	Eleições Gerais (Legislativo e Executivo)	<p>Estão em disputa as 128 vagas para o Senado Federal (para mandato de 6 anos), 500 cadeiras na Câmara dos Deputados (para mandato de 3 anos) e para o cargo de Presidente da República (mandato de 5 anos e 10 meses).</p>

07 de outubro	Brasil	Eleições gerais legislativo federal e estaduais, Governadores e Presidente	<p>Estão em disputa os cargos para 27 governadores, as eleições para as Assembleias Estaduais.</p> <p>No plano federal, 54 cadeiras estarão em disputa no Senado e 513 cadeiras na Câmara dos Deputados.</p> <p>Pelas regras, em agosto os candidatos à presidência da República serão registrados pelos partidos.</p>
28 de outubro	Brasil	2º Turno Governadores e Presidente	Nas eleições majoritárias para o executivo federal e estaduais se 1 candidato não alcançar mais de 50% dos votos.

Elaboração: RAIA, 2018.



***AGENDA ECONÔMICA E ELEIÇÕES NA  
AMÉRICA LATINA***

*Raphael Almeida Videira*

**Discussion  
Paper** |

**ESPM**

O ano de 2018 tem sido de grandes desafios para os países latino-americanos nos campos econômicos, políticos e sociais. Em anos eleitorais, a estabilidade de um país é sempre posta à prova, pois pode ocorrer um aumento no grau de incerteza do país, que pode impactar a atividade econômica do país e, conseqüentemente, a forma de atuação do governo. O objetivo deste artigo é analisar os possíveis impactos do ambiente eleitoral na América Latina, especialmente para três países com eleições presidenciais marcadas para este ano, que são: Colômbia, México, e Brasil. Este impacto será analisado do ponto de vista econômico, tentando identificar possíveis implicações para empresas brasileiras em cada um destes países.

O primeiro país a ser analisado neste artigo é a Colômbia, que passou pelo primeiro turno das eleições presidenciais no dia 27 de maio. Os candidatos que irão concorrer no segundo turno são: Ivan Duque e Gustavo Petro. Duque representa a corrente conservadora colombiana e é apoiado pelo ex-presidente Alvaro Uribe, que foi contra o acordo de paz entre o governo colombiano e as FARC. Já Petro, que foi ex-combatente e ex-prefeito de Bogotá, representa a esquerda colombiana. Com as eleições legislativas ocorridas em março, o partido apoiado pelo ex-presidente Alvaro Uribe e do atual candidato Ivan Duque, conquistou a maior bancada do Congresso, com 31% dos assentos, enquanto que a coalização que apoia o candidato Gustavo Petro conquistou apenas 2% dos assentos. A partir deste ponto, a candidatura de Duque começou a decolar, culminando com uma diferença de votos no primeiro turno de 14%, sendo Iván Duque com 39% dos votos (6.390.849 votos) e Gustavo Petro com 25% dos votos (4.005.607 votos).

Caso o candidato do ex-presidente Alvaro Uribe ganhe as eleições, as perspectivas econômicas para a Colômbia são de um governo mais liberal que o atual, sendo sua principal pauta a retomada do emprego, pois o desemprego fechou o ano de 2017 em patamares próximos à 9,3%, segundo dados do FMI. O potencial presidente pensa em estimular os investimentos no mercado financeiro e para as empresas com redução de impostos para estes investidores. Um setor que receberá atenção especial é o setor de economia criativa denominado de “Orange Economy”, com o desenvolvimento e apoio de startups, especialmente ligadas à alta tecnologia.

Já no México, as eleições presidenciais irão ocorrer em primeiro de julho e estão sendo disputadas por dois principais candidatos. O primeiro candidato nas pesquisas é Andrés Manuel López Obrador, que é da coalização liderada pelo Movimento de Regeneração Nacional (Morena) e possui uma tendência esquerdista no cenário político mexicano; os seus principais rivais são o governista de centro-direita José Antonio Meade, do Partido Revolucionário Institucional (PRI) e o também candidato de centro-direita

Ricardo Anaya, candidato do Partido da Ação Nacional (PAN). Nas últimas pesquisas eleitorais, a distância entre Obrador e o segundo colocado, Anaya, é de mais de 10 pontos percentuais, oscilando entre 12 e 18, dependendo do instituto que fez a pesquisa no mês de maio.

Considerando o cenário eleitoral mais favorável a Obrador, as perspectivas econômicas são pouco otimistas, visto que a conjectura apontada pelo mercado em caso de vitória é de fuga de investimentos, afastamento do comércio internacional e, possível, retomada de investimentos públicos em setores onde a iniciativa privada encontra-se bem estabelecida.

Para o caso brasileiro, o cenário eleitoral não está claro como no México e na Colômbia, pois existe a incerteza quanto aos candidatos que participarão das eleições de outubro. Com relação às últimas pesquisas divulgadas (e considerando a margem de erro), existem alguns pré-candidatos importantes e que possuem visões distintas do lado econômico: Jair Bolsonaro (PSL), Marina Silva (REDE), Ciro Gomes (PDT) e Geraldo Alckmin (PSDB)<sup>1</sup>. As propostas econômicas ainda são vagas entre os pré-candidatos, logo existem apenas alguns indícios sobre temas centrais que serão discutidos na prática durante a campanha. Por exemplo, o economista Paulo Guedes (Coordenador do Plano Econômico do Pré-Candidato Jair Bolsonaro) entende que é importante negociar uma reforma fiscal, em especial, a redução dos impostos. Da mesma forma pensam os economistas que tratam do programa da pré-candidata Marina Silva. Já para Mauro Benevides (Coordenador do Plano Econômico do Pré-Candidato Ciro Gomes) é possível que exista um aumento de impostos para a renda, com o objetivo de desonerar a produção do país.

O impacto das eleições para os países apresentados acima (com exceção do Brasil) é conflitante para as empresas brasileiras que atuam ou pretendem atuar no México e na Colômbia. Se por um lado, na Colômbia, existe uma boa chance de estímulo aos investimentos e à produção, com redução de impostos associadas à estas atividades, no México o cenário é oposto e a tendência, em vitória de Obrador, é a imposição de barreiras ao comércio internacional e ao investimento. Para as empresas brasileiras, um ponto importante e favorável é o cenário colombiano, especialmente para as empresas brasileiras do ramo de tecnologia, cujo compromisso é investir neste segmento. Além disso, a perspectiva de crescimento da economia colombiana é de 2,7% para o ano de 2018, enquanto que para o México este número situa-se perto de 2,2%. Com um país em crescimento e com estímulos governamentais, a Colômbia em comparação com o México,

<sup>1</sup> O cenário analisado não inclui o ex-presidente Lula como candidato

em termos macroeconômicos, apresenta um cenário mais favorável para o investimento das empresas brasileiras caso as propostas de Duque sejam concretizadas.

Considerando o cenário brasileiro atual, as perspectivas para investimento por parte das empresas são incertas. O ano corrente é um ano atípico por dois grandes motivos: o primeiro deles é a Copa do Mundo que será disputada entre junho e julho (e acaba por reduzir o ritmo de vendas e de negócios) e o segundo são as eleições presidenciais de outubro. Com esta perspectiva em mente, as empresas tendem a não realizar grandes investimentos no país até uma definição do cenário eleitoral, o que irá acontecer apenas no ano de 2019. Para o ano que vem, as perspectivas são positivas, com um crescimento projetado pelo FMI de 2,5%, inflação na casa de 4,2% e taxa de desemprego perto dos 11%, logo o estímulo pelo lado da demanda para as empresas de bens de consumo serão positivos, em comparação ao ano corrente.



# ***A INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS NA AMÉRICA LATINA***

*Diego Bonaldo Coelho*



**Discussion  
Paper** |

**ESPM**

Os países da América Latina normalmente são destacados como destinos naturais das empresas brasileiras que se internacionalizam, tendo em vista a proximidade geográfica e os seus vínculos históricos e culturais. Contudo, a ideia da existência natural de mercados é controversa. Afinal, embora territórios limítrofes possam ser elementos de facilitação e intensificação dos fluxos de informações, o que permitiria uma menor distância psíquica percebida pelos tomadores de decisão das empresas (Johanson e Weidersheim-Paul, 1975), sugerindo certa predileção no processo de escolha de países-alvo para expansão internacional, isso não é condição suficiente para garantir atratividade capaz de resultar em inserção e atividades nos mercados.

A internacionalização é um fenômeno complexo, cujas determinantes estão arraigadas em fatores internos das empresas e de variáveis de suas economias de origem e de destino, o que dota esse processo de dimensão estratégica indissociável de uma análise criteriosa de mercado e planejamento operacional, com pouco espaço para prenoções. Dessa forma, entre a predeterminação de um país como destino natural e as condições de mercado para que expansão internacional seja viável existem hiatos consideráveis.

Importante ressaltar que essa constatação não se trata de retórica. Tanto que a hipótese de naturalidade para direcionamento ao mercado latino-americano das empresas brasileiras não se sustenta de maneira robusta à primeira vista dos dados mais gerais e agregados. Pois, a despeito de a economia brasileira ser relativamente fechada, com níveis de internacionalização de suas empresas ainda baixos quando comparados a economias similares, o envolvimento internacional ora em marcha do Brasil revela uma outra geografia predominante.

Caso seja considerada a inserção internacional por meio das exportações, por exemplo, verifica-se que, entre 2010 e 2017, dentre os 10 principais mercados de destino das empresas brasileiras, apenas dois países latino-americanos se mantiveram todos os anos: Argentina e Chile. Para dimensionar a participação dos mercados latino-americanos como destino das exportações brasileiras, basta observar o ano de 2017, em que toda a América Latina respondeu por aproximadamente 20% do total exportado pelas empresas do Brasil (MDIC, 2018) – participação menor do que a registrada pela China, o primeiro destino.

Outra perspectiva pode ser dada pelos investimentos diretos de empresas brasileiras no exterior. E, para isso, é pertinente observar as atividades das multinacionais brasileiras, com destaque ao escopo geográfico de seus ativos internacionalmente. De acordo com o Banco Central do Brasil, em 2016, cerca de 44% do estoque de investimentos diretos para

participação no capital dos residentes brasileiros estavam empenhados em empresas nos países latino-americanos e do caribe (BCB, 2018). Contudo, as Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas e Bahamas, cujas economias são reconhecidas como paraíso fiscal, respondem por mais da metade dessa proporção - assim, considerados os demais países, esse valor é reduzido a aproximadamente 10%. Inclusive, o mapeamento dos ativos de 100 das mais relevantes multinacionais brasileiras, realizado pelo Observatório de Multinacionais da ESPM (OBMN-ESPM, 2018), indica que, das 950 subsidiárias/ filiais que essas empresas possuem no exterior, somente 274 estão em países da América Latina; ou seja, 28,8% - para efeitos comparativos, os Estados Unidos hospedam 22,4%.

Obviamente, isso não significa afirmar que a América Latina seja irrelevante para as empresas brasileiras. Mas, indubitavelmente, salienta, em primeira leitura, que considerar um mercado como natural é em grande medida um equívoco, uma vez que pode obscurecer a realidade. E, neste caso, a realidade é a de que as empresas brasileiras que se despertaram para internacionalização, com muitas delas detentoras de vantagens que justificariam a sua expansão para mercados latino-americanos, não necessariamente encontram nesses destinos condições favoráveis para inserção e operação.

A avaliação do Índice de Risco para Negócios Internacionais do RAIA-ESPM (IRNI-RAIA, 2018) é um ponto de partida interessante para perلustrar esse cenário. Conforme os resultados de 2017, o Chile é que apresenta menor índice da região. Todavia, mesmo com melhor desempenho, ele ainda está em posição inferior à chinesa – país corriqueiramente criticado por setores empresariais brasileiros pelos seus aspectos institucionais e de mercado. De toda maneira, é importante frisar que, a despeito de riscos relativamente altos dos países latino-americanos, isso não resguarda, em si, todas as questões, tendo em vista que a média não se distancia consideravelmente de países emergentes. Existem dimensões nacionais e internacionais da América Latina que merecem atenção.

Em seus aspectos nacionais, é possível destacar que importantes países da região, como Colômbia, Venezuela, México e o próprio Brasil, enfrentam período eleitoral turbulento. O acirramento das disputas nos pleitos nesses países tem sido marcado por grande polarização, com desencadeamento, por vezes, e com destaque aos três últimos, de protestos, greves e escalada de violência, em contexto de grande desigualdade social e, em muitos casos, rápida deterioração de indicadores socioeconômicos. Verifica-se, com isso, uma perspectiva de baixa previsibilidade, com aumento de incertezas nos ambientes nacionais. Fatores, que, em grande medida, têm contribuído para entravar, ainda mais, a agenda internacional da região, em que se destaque a integração econômica dos países.

---

São inquestionáveis as dificuldades de a América Latina avançar em processos de integração. E, embora um tema recorrente nas políticas externas dos países desde meados do século XX, com vários arranjos institucionais criados para esse esforço, a verdade é que se evoluiu muito pouco ante às suas possibilidades e vocações. São inúmeros acordos, iniciativas, memorandos e programas regionais, todos, porém, com dificuldades para aprofundar a internacionalização e repercutir em resultados empíricos robustos.

Indiscutivelmente, para o Brasil, o Mercosul foi – e é – um elemento importante, que permitiu expansão comercial relevante. Entretanto, isso ocorreu mais intensamente com a Argentina, a despeito de que análise mais profunda deverá considerar dinâmica ainda limitada. Já com os demais países da região, embora há quem defenda os superávits comerciais do País com praticamente todas as economias da América Latina, é relevante que se destaque que as correntes de comércio são muito baixas e que a balança comercial não é o indicador mais adequado para avaliação da integração econômica. Crítica que ganha fôlego a partir da verificação dos baixos níveis de investimentos cruzados entre os países latino-americanos, com escopo geográfico econômico restrito para conformações de cadeias regionais de valor a partir de vocações nacionais. Essa dinâmica, aliás, tem promovido uma tentativa histórica da região para adensar e verticalizar nacionalmente as cadeias de valor, o que, em muitos casos, resulta na conformação de pautas comerciais conflitantes. E, se por um lado, tais esforços favorecem o Brasil, dado o seu maior poder de atratividade para essa verticalização, por outro lado, prejudica uma integração econômica mais robusta, por meio de processos alocativos promotores de maior competitividade internacional regional.

Com isso, observa-se que a internacionalização e integração econômica não são dinâmicas que naturalmente se estabelecem. Tratam-se de movimentos decorrentes de fatores e vantagens das empresas, que, mediante as características de suas economias de origem e de destino, criam condições para expansão internacional. E, para isso, não basta que arranjos institucionais sejam criados; acima de tudo, é necessário que estes sejam bem desenhados, possuam *enforcement* e que os países envolvidos estejam articulados e fortemente dedicados a essa agenda.

Contudo, para que todo esse processo ocorra, algumas condições são imprescindíveis. Impõem-se a necessidade de estabilidade interna nacional, para que, posteriormente, os esforços externos sejam realizados. E, nesse momento, ao que tudo indica, a integração latino-americana por ora continuará repousada na retórica, cujo principal elemento normativo se vale da defesa de uma naturalidade de mercado regional. E

---

diante desta suposta ilusão, a realidade seguirá marcando o seu passo por meio de entraves, expressando resultados ainda aquém de seus potenciais regionais.

### **Referências bibliográficas**

BCB. *Capitais Brasileiros no Exterior*, 2018. Acesso em: 30 de maio de 2018. Disponível em: [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)

IRNI-RAIA. *Relatório de Risco 2018*. Acesso em: 30 de maio de 2018. Disponível em: [raia.espm.br/](http://raia.espm.br/)

JOHANSON, J.; WEIDERSHEIM-PAUL, F. The internationalization of the firm: four Swedish cases. *Journal of Management Studies*, v. 12, n. 3, pp. 305-322, 1975.

MDIC. *ComexStat*, 2018. Acesso em: 30 de maio de 2018. Disponível em: [comexstat.mdic.gov.br](http://comexstat.mdic.gov.br)

OBMN-ESPM. Mapeamento de 100 multinacionais brasileiras, 2018.

**Discussion  
Paper**



**ESPM**

v. 6, n. 3, 2018